



TRÊS PAÍSES DA PARCERIA ORIENTAL: UCRÂNIA, MOLDÁVIA E BIELORRÚSSIA

A política da «Parceria Oriental» da UE, criada em 2009, conta com a participação de seis Estados pós-soviéticos: a Arménia, o Azerbaijão, a Bielorrússia, a Geórgia, a Moldávia e a Ucrânia. A Parceria foi criada para apoiar os esforços envidados no contexto das reformas políticas, sociais e económicas nesses países, com o objetivo de reforçar a democratização e a boa governação, a segurança energética, a proteção do ambiente e o desenvolvimento económico e social. Todos os membros, à exceção da Bielorrússia, participam na Assembleia Parlamentar Euronest.

UCRÂNIA

Os dramáticos acontecimentos na Ucrânia desde novembro de 2013 começaram por ser um protesto a favor da UE e contra a decisão do então presidente Viktor Yanukovich de não assinar o Acordo de Associação com a UE, rubricado em março de 2012. O movimento acabou por traduzir-se numa mudança de governo e em eleições legislativas em outubro de 2014, que colocaram no poder partidos pró-europeus e pró-reformas.

Na sequência do movimento Euromaidan, a Rússia anexou ilegalmente a Crimeia, em março de 2014, e a parte oriental da Ucrânia mergulhou num conflito armado incitado pelos separatistas apoiados pela Rússia. De acordo com as Nações Unidas, mais de 12 000 pessoas perderam a vida na Ucrânia desde o início do conflito^[1]. Este número inclui as 298 pessoas a bordo do voo MH17 da Malaysian Airlines, que se despenhou, em 17 de julho de 2014, numa zona controlada por separatistas.

Apesar dos acordos de Minsk, negociados em 2015, e do estabelecimento de formatos de negociação, como o Grupo de Contacto Trilateral (OSCE, Rússia e Ucrânia) e o Quarteto da Normandia (Rússia, Ucrânia, Alemanha e França), as intensificações periódicas dos combates puseram em causa a sustentabilidade da trégua. A UE estabeleceu uma ligação entre as sanções económicas impostas à Rússia e o pleno respeito do acordo de Minsk pelas autoridades de Moscovo. As sanções permanecem em vigor desde então.

Em 11 de junho de 2017, entrou em vigor um regime de isenção de vistos para os cidadãos ucranianos titulares de passaportes biométricos aplicável às estadas na UE com uma duração máxima de 90 dias, uma vez que a Ucrânia atingiu os valores de referência do plano de ação para a liberalização do regime de vistos. Este regime de

[1]<https://www.ohchr.org/Documents/Countries/UA/ReportUkraine16Nov2018-15Feb2019.pdf>



isenção de vistos aplicável às estadas de curta duração tem por objetivo facilitar os contactos interpessoais e reforçar os laços comerciais, sociais e culturais entre a UE e a Ucrânia^[2].

O Acordo de Associação entrou em vigor em 1 de setembro de 2017, tendo sido parcialmente aplicado a título provisório desde 1 de novembro de 2014. Uma das pedras angulares do acordo, a Zona de Comércio Livre Abrangente e Aprofundado (ZCLAA), tornou-se plenamente operacional em 1 de janeiro de 2016.

O Acordo de Associação oferece novas oportunidades económicas, tanto à UE como à Ucrânia, e permitiu que a União reforçasse a sua posição de principal parceiro comercial da Ucrânia. Nos primeiros oito meses de 2017, as exportações da Ucrânia para a UE e as importações da UE para a Ucrânia aumentaram em cerca de 27 % em relação ao período homólogo do ano precedente^[3].

Nas eleições presidenciais de abril de 2019, o presidente Petro Poroshenko foi derrotado por Volodymyr Oleksandrovych Zelensky, candidato às eleições pela primeira vez. As eleições legislativas deverão ter lugar em outubro de 2019.

Para além do seu apoio político, a UE comprometeu-se igualmente a contribuir com um pacote de apoio no valor de 12,8 mil milhões de euros para apoiar o processo de reforma na Ucrânia, tendo já desembolsado 2,81 mil milhões de euros em assistência macrofinanceira (AMF). No âmbito de um programa de reformas definido conjuntamente, a UE acompanha de perto os progressos realizados numa série de domínios prioritários: a luta contra a corrupção, a reforma do sistema judicial, as reformas constitucional e eleitoral, a melhoria do ambiente empresarial, o aumento da eficiência energética e a reforma da administração pública. Em 18 de janeiro de 2018, foi anulada a terceira e última parcela ao abrigo da AMF, no montante de 600 milhões de euros, devido ao incumprimento, por parte da Ucrânia, das condições estabelecidas. Em março de 2018, a Comissão apresentou um novo programa de AMF, no montante de mil milhões de euros, que foi aprovado pelo Parlamento Europeu em junho de 2018 e pelo Conselho em julho de 2018^[4].

No outono de 2014, a Comissão criou um [Grupo de Apoio à Ucrânia](#) específico, constituído por peritos das instituições da UE e dos Estados-Membros, que desempenha funções de coordenação e presta aconselhamento às autoridades ucranianas em setores de reforma fundamentais.

Lançada em dezembro de 2014 na Ucrânia, a [Missão de Aconselhamento da União Europeia sobre a Reforma do Setor da Segurança Civil na Ucrânia \(EUAM\)](#) coordena o apoio internacional oferecido ao setor da segurança civil e, além de ser responsável pelas atividades operacionais, também presta aconselhamento estratégico, incluindo formação, às autoridades ucranianas sobre como desenvolver serviços de segurança sustentáveis, responsáveis e eficientes que reforcem o Estado de direito.

[2]https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-Homepage/4081/eu-ukraine-relations-factsheet_en

[3]https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-Homepage/4081/eu-ukraine-relations-factsheet_en

[4]http://europa.eu/rapid/press-release_IP-18-6600_pt.htm



A. A posição do Parlamento Europeu

Desde o início da atual legislatura, em julho de 2014, o Parlamento Europeu aprovou 19 resoluções sobre a Ucrânia. A mais recente, sobre a aplicação do Acordo de Associação entre a UE e a Ucrânia, foi aprovada em 12 de dezembro de 2018. Em 25 de outubro de 2018, o Parlamento Europeu aprovou uma resolução sobre a situação no mar de Azov. Em 2018, o Parlamento atribuiu também o Prémio Sakharov para a Liberdade de Pensamento ao realizador de cinema ucraniano Oleg Sentsov, condenado a 20 anos de prisão na Rússia por protestar contra a ocupação ilegal da Crimeia pela Rússia.

B. Cooperação interparlamentar

Sob a liderança de Elmar Brok, deputado ao Parlamento Europeu que é o principal responsável pelas atividades de apoio à democracia na Ucrânia, o PE executa também um ambicioso programa de reforço de capacidades destinado ao Parlamento ucraniano, o Verkhovna Rada. Estes esforços baseiam-se nas recomendações formuladas no âmbito da missão de avaliação das necessidades realizada entre setembro de 2016 e fevereiro de 2017 pelo antigo presidente do Parlamento Pat Cox.

O Parlamento é igualmente responsável pela gestão de um processo de mediação, o Diálogo Jean Monnet, que reúne o presidente do Verkhovna Rada e os dirigentes das diversas facções políticas para acompanhar a aplicação de tais recomendações.

O Memorando de Entendimento, assinado com o Verkhovna Rada em 3 de julho de 2015, e o Acordo de Cooperação Administrativa, assinado pelos secretários-gerais de ambos os parlamentos em março de 2016, servem de quadro jurídico ao apoio do Parlamento e ao reforço de capacidades.

A nona reunião da Comissão Parlamentar de Associação UE-Ucrânia teve lugar em 13 e 14 de março de 2019, em Estrasburgo. Na sua declaração final e nas recomendações formuladas, a comissão reitera o seu firme apoio à soberania e à integridade territorial da Ucrânia no interior das suas fronteiras internacionalmente reconhecidas. Manifesta a sua profunda preocupação com a contínua deterioração da situação de segurança na região de Donbas e condena as ações da Rússia no mar de Azov, na medida em que constituem uma violação do direito marítimo internacional e dos compromissos internacionais da Rússia. Reconhece os esforços de reforma envidados desde 2014, apesar das condições muito desfavoráveis, e congratula-se, em especial, com os progressos realizados em domínios como a energia, a saúde, a administração pública, as pensões, a educação, a descentralização, os contratos públicos, a defesa e a segurança, os setores bancário e financeiro, a legislação empresarial e a governação. Reitera igualmente que a eficácia da luta contra a corrupção é fundamental para o sucesso de todo o processo de reforma e para a conclusão da reforma da justiça em curso^[5].

[5] <http://www.europarl.europa.eu/delegations/pt/d-ua/activities/inter-parliamentary>



C. Observação eleitoral

O Parlamento Europeu teve um papel muito ativo na observação das eleições na Ucrânia, tendo enviado três missões de observação eleitoral em 2014-2015, nomeadamente para as eleições presidenciais de 25 de maio de 2014, para as eleições legislativas de 26 de outubro de 2014 e para as eleições autárquicas de 25 de outubro de 2015.

As eleições para a Duma (Rússia) realizaram-se no território da Crimeia em 18 de setembro de 2016, mas não foram objeto de observação eleitoral pelo Gabinete das Instituições Democráticas e dos Direitos Humanos da Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa (ODIHR da OSCE). Em 18 de março de 2018, as eleições presidenciais russas também foram realizadas na Crimeia, tendo sido objeto de várias críticas e tendo levado à adoção de novas sanções pela UE^[6]. Em 11 de novembro de 2018, realizaram-se «eleições presidenciais e legislativas» nas regiões orientais da Ucrânia. A UE não reconheceu estas eleições e considerou-as ilegais e contrárias à letra e ao espírito dos acordos de Minsk. O Parlamento Europeu enviou uma missão de observação às eleições presidenciais de março/abril de 2019. Segundo o ODIHR, de um modo geral, as liberdades fundamentais foram respeitadas e os candidatos puderam fazer campanha livremente. O processo eleitoral foi bem organizado, transparente e eficiente. Todavia, algumas irregularidades e vários indícios de utilização indevida de recursos públicos e de compra de votos comprometem a credibilidade do processo.

MOLDÁVIA

Em 27 de junho de 2014, a UE e a Moldávia assinaram um Acordo de Associação que prevê um Acordo de Comércio Livre Abrangente e Aprofundado (ACLAA), que entrou em vigor em julho de 2016. O Acordo de Associação reforça os laços políticos e económicos da Moldávia com a UE. Estabelece um plano de reforma em domínios que são essenciais para a boa governação e para o desenvolvimento económico e reforça a cooperação em vários setores. Com a assinatura do acordo, a Moldávia comprometeu-se a reformar as suas políticas nacionais com base no direito e nas práticas da UE. O roteiro para a aplicação do Acordo de Associação é definido na versão revista do Programa de Associação 2017-2019, adotada em agosto de 2017, com 13 prioridades essenciais. A fim de executar este ambicioso programa, o país beneficia de um apoio substancial da UE.

Em abril de 2014, a Moldávia tornou-se o primeiro país da Parceria Oriental a beneficiar de um regime de isenção de vistos. Na sequência de um escândalo de fraude bancária em 2014, a assistência da UE foi temporariamente suspensa. Não obstante, após a conclusão de um acordo sobre um programa entre a Moldávia e o Fundo Monetário Internacional (FMI) no final de 2016, cujo principal objetivo consistia em estabilizar o setor bancário, a UE retomou o desembolso de apoio orçamental. A assistência bilateral do Instrumento Europeu de Vizinhança (IEV) à Moldávia situava-

[6] <https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2018/05/14/ukraine-eu-adds-five-persons-involved-in-the-organisation-of-russian-presidential-elections-in-illegally-annexed-crimea-and-sevastopol-to-sanctions-list/>



se entre 335 milhões e 410 milhões de euros durante o período de 2014-2017. O novo programa plurianual da UE para o período de 2017-2020 (entre 284 milhões e 348 milhões de euros) foi adotado em setembro de 2017 e centra-se nos seguintes setores prioritários: desenvolvimento económico e oportunidades de mercado; reforço das instituições e da boa governação, incluindo o Estado de direito e a segurança; conectividade, eficiência energética, ambiente e alterações climáticas; e mobilidade e contactos interpessoais.

As eleições legislativas realizadas na Moldávia em 2014 conduziram a uma coligação de Liberais e Democratas, embora o Partido Socialista pró-russo se tenha tornado o maior partido. Porém, a composição do governo mudou várias vezes, tendo-se registado também mudanças radicais a nível da filiação partidária no parlamento, o que alterou o panorama político e pôs em evidência a instabilidade política do país. O candidato pró-russo do Partido Socialista, Igor Dodon, ganhou as eleições presidenciais no outono de 2016.

A coligação no poder adotou uma nova lei eleitoral em julho de 2017, passando, assim, de um sistema proporcional para um sistema misto, com 51 deputados eleitos nos círculos eleitorais uninominais e com 50 deputados eleitos por representação proporcional, apesar das opiniões negativas expressas pela Comissão de Veneza, pelo ODIHR da OSCE e por vários dirigentes da UE. As eleições legislativas de fevereiro de 2019 foram novamente ganhas pelo Partido Socialista (35 lugares), seguido do Partido Democrático (30 lugares), do bloco ACUM (26 lugares) e do Partido Şor (7 lugares). O ACUM representa os eleitores que não querem apoiar os socialistas, mas que também não estão satisfeitos com a presença do Partido Democrático no poder nos últimos cinco anos, marcada pela manipulação política e pela corrupção.

Um importante desafio para a Moldávia continua a ser a questão relativa à região separatista da Transnístria, que declarou independência unilateralmente. A UE participa, na qualidade de observador, no processo de negociação no formato «5+2» sobre a resolução do conflito na Transnístria e continua a apoiar uma resolução abrangente e pacífica, assente na soberania e na integridade territorial da Moldávia, com um estatuto especial para a Transnístria.

Além disso, as tensões políticas entre Quichinau e Comrat, capital da Gagaúzia, emergem ocasionalmente, devido ao estatuto especial da Gagaúzia.

A. A posição do Parlamento Europeu

Em 4 de julho de 2017, o Parlamento Europeu adotou a sua [posição](#) sobre a proposta da Comissão relativa à concessão de assistência macrofinanceira (AMF) à Moldávia num montante máximo de 100 milhões de euros. O Parlamento salientou que esta assistência deve ajudar a apoiar o seu desenvolvimento económico e social e frisou que o respeito por uma série de mecanismos democráticos eficazes, incluindo um sistema parlamentar e o Estado de direito, constitui uma condição prévia para o desembolso de assistência macrofinanceira. Em julho de 2018, a primeira parcela da AMF foi congelada após a anulação das eleições locais na capital de Quichinau, que foram ganhas pelo candidato da oposição Andrei Năstase.



B. Cooperação interparlamentar

As relações UE-Moldávia foram formalizadas em 2014 com a assinatura do Acordo de Associação. A primeira reunião do Conselho de Associação UE-Moldávia realizou-se em 16 de março de 2015 e a sexta reunião da Comissão Parlamentar de Associação UE-Moldávia teve lugar em Quichinau em abril de 2018^[7]. Na sua declaração final e nas recomendações formuladas, a comissão incentiva as instituições moldavas a cooperarem e a centrarem os seus esforços em reformas tangíveis visando melhorar de forma concreta a vida dos cidadãos moldavos, nomeadamente promovendo a prosperidade e reforçando o Estado de direito, e salienta a necessidade de continuar a colocar a tónica na aplicação do Acordo de Associação e da Zona de Comércio Livre Abrangente e Aprofundado. A comissão salienta o importante papel desempenhado pela sociedade civil no acompanhamento da aplicação do Acordo de Associação. Recorda que também importa assegurar o pluralismo dos meios de comunicação social, nomeadamente a diversidade de canais de televisão, bem como a proteção dos meios de comunicação social independentes e da liberdade de expressão. Por último, salienta a importância da luta contra a corrupção e o branqueamento de capitais, assim como a necessidade de reforçar a imparcialidade e o bom funcionamento do sistema judicial, incentivando as autoridades a velar por que a nova estratégia para a justiça relativa ao período de 2018-2020 colmate as lacunas existentes.

C. Observação eleitoral

O Parlamento foi convidado a observar as últimas eleições legislativas na Moldávia. A delegação do Parlamento Europeu também observou as eleições presidenciais de 2016. A delegação elogiou o trabalho da comissão eleitoral central e congratulou-se com o elevado número de candidatos do sexo feminino, embora condenando a utilização abusiva de recursos administrativos, a falta de transparência do financiamento da campanha e o desequilíbrio a nível da cobertura mediática. Em fevereiro de 2019, o Parlamento observou as eleições legislativas da Moldávia e declarou que a votação decorreu sem incidentes de maior e que, de um modo geral, foi bem gerida. Contudo, são motivo de preocupação os relatos que dão conta de que vários cidadãos terão sido pagos para votar em determinados partidos, tendo sido assegurado o seu transporte em autocarro entre a Transnístria e o local da votação. O relatório preliminar do ODIHR assinalou que a campanha foi manchada pela alegada pressão exercida sobre os funcionários públicos, por fortes indícios de compra de votos e pela utilização indevida de recursos públicos. Segundo a delegação da APCE, o novo sistema eleitoral confirmou as principais preocupações suscitadas pela Comissão de Veneza, designadamente a falta de mecanismos eficazes para evitar influências indevidas por parte de empresários abastados, combinada com a má supervisão do financiamento dos partidos e dos candidatos e com sanções inadequadas.

BIELORRÚSSIA

Nas últimas décadas, as relações da UE com a Bielorrússia atravessaram momentos difíceis, devido às constantes violações dos direitos humanos e civis no país. No entanto, desde 2015, a Bielorrússia tem uma atitude mais aberta em relação à UE e à

[7]http://www.europarl.europa.eu/cmsdata/141500/1150543-5_VE.pdf



Parceria Oriental. As suas relações com os países ocidentais melhoraram antes das eleições presidenciais de outubro de 2015, e o país desempenhou um importante papel enquanto anfitrião das conversações mediadas pela UE sobre a crise na Ucrânia. Em resposta, a UE comprometeu-se a aplicar uma política de «relacionamento crítico» com a Bielorrússia, tal como indicado nas [conclusões](#) do Conselho de 15 de fevereiro de 2016.

Ao passo que a UE condena as violações dos direitos humanos bem documentadas da Bielorrússia, Bruxelas está disposta a reforçar o compromisso e a cooperação setorial da UE, sob condição de a relação se basear em valores comuns. A adoção, pela Bielorrússia, de medidas concretas para respeitar as liberdades fundamentais universais, o Estado de direito e os direitos humanos, nomeadamente no que respeita à pena de morte, continuará a ser essencial para a definição da política da União em relação ao país nos próximos anos.

Em 25 de fevereiro de 2016, o Conselho decidiu não prolongar as medidas restritivas impostas a 170 pessoas e a três empresas cujas cotações estavam já suspensas. Contudo, prolongou as demais medidas já em vigor, incluindo o embargo ao armamento, o congelamento de bens e a proibição de viagem imposta a quatro pessoas cujos nomes se encontravam associados aos desaparecimentos, ainda não resolvidos, de dois políticos da oposição, um homem de negócios e um jornalista. O Conselho prorrogou as medidas restritivas até 28 de fevereiro de 2020^[8].

O diálogo sobre direitos humanos entre a UE e a Bielorrússia foi reatado em 2016, tendo a ronda mais recente sido realizada em julho de 2017. A fim de proporcionar um fórum para o diálogo político ao nível dos altos funcionários, foi criado o grupo de coordenação UE-Bielorrússia em 2016. Este grupo tem por principal objetivo orientar a cooperação entre a UE e a Bielorrússia e supervisionar o futuro desenvolvimento das suas relações. Em abril de 2018, o grupo de coordenação UE-Bielorrússia reuniu-se pela quinta vez: a UE reiterou a necessidade de uma reforma abrangente da legislação eleitoral e a sua oposição à pena de morte^[9].

A Bielorrússia participa de forma proativa a nível bilateral e nos formatos multilaterais da Parceria Oriental. As negociações sobre uma parceria para a mobilidade foram concluídas em 2017, e as negociações sobre os acordos de facilitação da emissão de vistos e de readmissão estão em curso. Ambas as partes concluem atualmente as conversações sobre as prioridades da parceria, que culminarão no primeiro documento assinado entre a Bielorrússia e a UE.

Apesar dos incontestáveis progressos realizados, a situação dos direitos humanos continua a ser motivo de preocupação. Uma vaga de protestos que se alargou a toda a Bielorrússia em fevereiro e março de 2017 marcou outro ponto de viragem nas relações bilaterais. A UE condenou firmemente a repressão de protestos pacíficos. Além disso, tendo executado dois prisioneiros em 2017 e quatro prisioneiros em 2018, a Bielorrússia continua a ser o único país do continente europeu que ainda aplica a pena capital. Embora se fale regularmente em debater uma moratória sobre a pena

[8]<https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2019/02/25/belarus-eu-prolongs-arms-embargo-and-sanctions-against-4-individuals-for-one-year/>

[9]https://eeas.europa.eu/delegations/belarus_en/43689/EU-Belarus%20Coordination%20Group%20met%20for%20the%20fifth%20time



de morte, tendo em vista a sua abolição, ainda não foram tomadas medidas nesse sentido.

A. A posição do Parlamento Europeu

O Parlamento aprovou uma série de resoluções, criticando a Bielorrússia em razão dos presos políticos, das restrições à liberdade dos meios de comunicação social e à sociedade civil, da não observância dos direitos humanos, designadamente devido ao recurso à pena de morte, e das irregularidades nas eleições legislativas. Em 6 de abril de 2017, o Parlamento aprovou uma [resolução urgente sobre a situação na Bielorrússia](#), que condena a repressão, em fevereiro e março de 2017, de protestos pacíficos em todo o país. Na sua resolução de 19 de abril de 2018, o Parlamento manifestou o seu apoio à política da UE de «relacionamento crítico» com a Bielorrússia, na condição de esse relacionamento estar subordinado a medidas concretas conducentes à democratização e ao respeito pelas liberdades fundamentais e pelos direitos humanos. Apela, nomeadamente, à Bielorrússia para que subscreva a moratória global sobre a pena de morte como um primeiro passo para a sua abolição permanente. Na sua resolução de 4 de outubro de 2018, o Parlamento condenou uma vez mais a perseguição de meios de comunicação social independentes e jornalistas, bem como a detenção destes últimos, e reiterou os seus apelos no sentido de reforçar o respeito pelos princípios democráticos, pelo Estado de direito, pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais.

B. Cooperação interparlamentar

O Parlamento não reconhece a Assembleia Nacional da Bielorrússia devido ao modo como as eleições são realizadas no país. Consequentemente, o Parlamento não mantém relações bilaterais com essa Assembleia. Em vez disso, a Delegação do Parlamento para as relações com a Bielorrússia reúne-se regularmente com membros da oposição bielorrussa e com a sociedade civil, a fim de discutir os desenvolvimentos políticos e económicos no país. O cumprimento das normas da OSCE relativas às eleições constitui uma condição prévia para a participação da Bielorrússia na Assembleia Parlamentar Euronest (o que significa que os deputados bielorrussos não têm assento na Assembleia Parlamentar Euronest ou nos seus vários órgãos, enquanto não forem respeitadas as normas democráticas em matéria de eleições legislativas). Não obstante, as delegações do Parlamento Europeu viajaram em várias ocasiões para a Bielorrússia, por exemplo, em junho de 2015, em julho de 2017 e em outubro de 2018.

C. Observação eleitoral

A Bielorrússia já não convida o Parlamento a observar as eleições desde 2001. As últimas eleições legislativas realizaram-se em 11 de setembro de 2016, tendo sido acompanhadas por missões de observação eleitoral do ODHIR da OSCE e da APCE.

Mario Damen
04/2019

